



Análise de Género

NA MÍDIA MOÇAMBICANA • 2015

Uma Publicação do Programa Para Fortalecimento da Mídia



USAID
DO POVO AMERICANO



ANÁLISE DE GÉNERO NA MÍDIA MOÇAMBICANA 2015

Direitos de Autor © 2016 por IREX.

IREX/Moçambique
Av. Ho Chi Minh 1174
Maputo, Moçambique
E-mail: maputo@irex.org
Tel.: (+258) 21 320 090
www.irex.org.mz

Programa Para Fortalecimento da Mídia - IREX Moçambique

Redacção: Dércia Materula

Revisão Editorial: Ricardo Fontes Mendes

Revisão Linguística: Gabriel Boque

Fotos: Laque Francisco, Fábio Marconi e Graham Dickie

Pesquisa e Análise: Alexandre Gavaza, Hassane Ibrahim, Ercília da Paz Justino

Produção Gráfica: Elográfico

Nº de Registro: 8024/RLINLD/2016

Nota sobre direitos: É permitida a exibição, cópia e distribuição total ou parcial deste relatório, desde que: (a) os materiais sejam utilizados com o reconhecimento de que a “Análise de Género na Mídia Moçambicana 2015” é um produto da IREX financiado pela USAID; (b) O relatório seja utilizado somente para fins pessoais, não-comerciais e informativos; e (c) não se façam modificações ao texto.

Reconhecimento: Esta publicação foi possível graças ao apoio do Governo dos Estados Unidos da América, através da sua Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Análise de Género

NA MÍDIA MOÇAMBICANA • 2015

Índice

I. APRESENTAÇÃO.....	2
II. DEFINIÇÕES.....	4
III. GÉNERO E MÍDIA EM MOÇAMBIQUE.....	6
IV. ANÁLISE DA COBERTURA DA MÍDIA.....	8
V. GÉNERO.....	10
VI. VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO.....	14
VII. TRÁFICO DE SERES HUMANOS.....	18
VIII. ENTREVISTA COM AIDA MATSINHE.....	22
IX. CONCLUSÕES.....	26
X. RECOMENDAÇÕES.....	28
XI. COMO SABER MAIS.....	30



I. APRESENTAÇÃO

Desde a sua criação em 2012, o Programa Para Fortalecimento da Mídia (MSP) documenta anualmente a cobertura das temáticas relacionadas com Género, Violência Baseada no Género (VBG) e Tráfico de Pessoas, na mídia moçambicana. Os dados colhidos ao longo destes anos mostram que estas questões vêm conquistando cada vez mais espaço na mídia. O número de matérias publicadas nos jornais analisados tem-se multiplicado rapidamente. Este avanço reflecte, não apenas a crescente preocupação dos jornalistas com as temáticas, mas também o comprometimento das organizações com o envolvimento da mídia na prevenção e no combate à VBG e questões afins.

Se, por um lado, se registam avanços quantitativos, por outro, a qualidade das matérias ainda está aquém do desejável. De acordo com o MCAT¹, para o ano de 2015, a média global das matérias analisadas situa-se em 70%, 2,35% abaixo da do ano passado. Ao contrário do que testemunhámos nos anos anteriores, houve um declínio em 3 das 4 categorias analisadas pelo MCAT, designadamente fontes, estrutura e relevância. Em geral, a mídia tem pautado por uma abordagem sensacionalista, que prejudica o combate à VBG.

A Plataforma de Acção de Pequim referiu “género e mídia” como uma das 12 áreas-chave para a promoção dos direitos da mulher e a erradicação da VBG. Nela, foi destacada a necessidade de um esforço integrado e coordenado para combater as representações estereotipadas e discriminatórias nos mídia, que contribuem para reproduzir as desigualdades de género e a normalização da violência contra as mulheres e as raparigas. Ademais, é sublinhada a importância da disseminação de informações destinadas a eliminar todas as formas de violência contra as mulheres. A cobertura mediática responsável torna-se fundamental para o cumprimento desta missão.

Assim, este é o momento para uma reflexão conjunta, das empresas de mídia e organizações que abordem o assunto, para impulsionar o cumprimento integral deste papel. Embora existam diversas pesquisas que retratam questões de género na mídia, novos e mais actualizados trabalhos são necessários, a fim de tornar o público mais informado sobre os avanços e os desafios registados pela mídia, sendo que os seus resultados servirão para definir os passos a seguir. Esperamos que este estudo se torne parte integrante deste campo de género e mídia e que auxilie o processo de tomada de decisão para impulsionar ainda mais o desempenho da mídia na cobertura destas questões.



Arild Drivdal, Representante

¹ MCAT sigla em Português significa, ferramenta de análise de conteúdos da mídia. Esta ferramenta é utilizada pelo Programa Para Fortalecimento da Mídia para medir a qualidade das matérias produzidas.



II. DEFINIÇÕES

MCAT

Sigla que, em português, significa Ferramenta de Análise de Conteúdo. Este instrumento continua a ser utilizado pela IREX, para classificar os artigos de acordo com quatro factores específicos: fontes, imparcialidade (ou equilíbrio de informações), estrutura e relevância. A MCAT utiliza um sistema de pontuação uniforme para classificar a qualidade dos artigos, em que 5 é Excelente; 4, Bom; 3; Aceitável; 2, Mau e 1 Ausente. Este sistema de pontuação foi aplicado em todos os textos, de modo a estabelecer uma comparação a partir de um único conjunto de parâmetros. Para efeito de interpretação, uma pontuação de 3,5 ou 70% indica que os jornalistas alcançaram as metas básicas quanto à qualidade editorial.

Ponderação matemática

É um cálculo utilizado para conferir a proporcionalidade a diferentes categorias representadas por números. Permite comparar a representação de veículos diários (Notícias, O País e Diário de Moçambique) com a de semanários, evitando-se distorções de interpretação.

Género

Refere-se a uma série de convenções sociais que indicam a mulheres e homens (raparigas e rapazes) como se devem portar. Este conceito tem uma relação directa com os estereótipos de feminino e de masculino. Historicamente, estes códigos criam e reproduzem diferenças consideráveis na forma como responsabilidades, oportunidades e direitos são vividos, causando prejuízo para mulheres e raparigas como, por exemplo, a violência sexual.

Violência Baseada no Género (VBG)

É a violência dirigida a um indivíduo, mulher ou homem (rapaz ou rapariga), exercida tanto no espaço público quanto no privado, baseada no seu sexo biológico e/ou na sua identidade de género. Tem relação directa com a pressão social que é exercida para que se adira às convenções sobre o que é feminino e masculino; mulher e homem; rapariga e rapaz. Por isso, a VBG inclui agressões não só a mulheres e raparigas. Homens e rapazes homossexuais – ou que não são vistos como masculinos em seus comportamentos – sofrem este tipo de violência. São possíveis manifestações da VBG, a violência Física, Sexual, Psicológica, Moral e Patrimonial.

Violência Doméstica

Este conceito está intimamente ligado à VBG. Geralmente, é utilizado para que se faça entender onde ocorreu a violência. Parte significativa das agressões sofridas por mulheres e crianças acontece em casa da vítima.

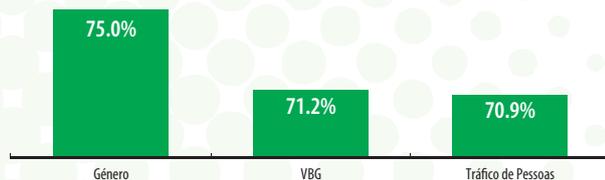
Tráfico de Pessoas

Recrutamento ou acolhimento de pessoas para obter benefícios económicos indevidos, dentro ou fora do território nacional, podendo recorrer à ameaça, à força ou a outras formas de coacção, para obter seu consentimento, com a finalidade de sua exploração sexual, laboral ou para a extracção de seus órgãos.

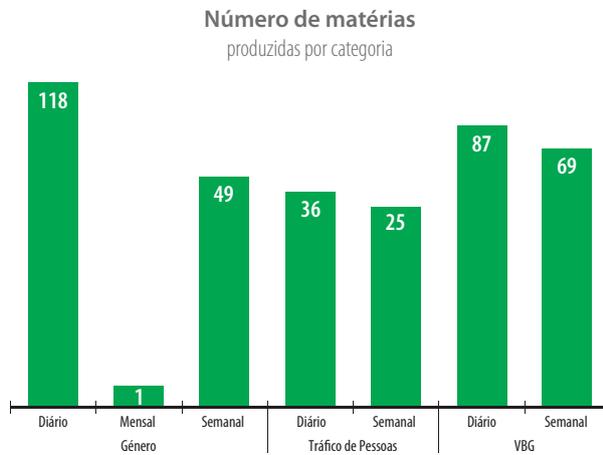
III. GÉNERO E MÍDIA EM MOÇAMBIQUE



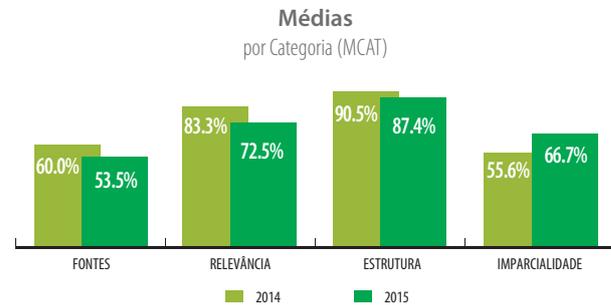
Pontuação dos artigos
por tópicos pré-selecionados



Embora se tenha verificado um aumento de 36% no volume de matérias produzidas sobre estas temáticas, a média global do MCAT decresceu em 2,35%, quando comparada ao ano de 2014. Os jornais semanários são os que mais matérias produzem, com um volume de 56% das peças produzidas em 2015. No que se refere à abrangência territorial, o número de matérias nacionais aumentou em 44%, em comparação com o ano passado.



Em 2014, VBG foi a categoria mais reportada, tendo o volume de peças representado 55% do total de matérias produzidas, seguido de género, com 35%, e o tráfico de pessoas, com 10%. Em 2015, a categoria de tráfico continuou a ser a temática com menor volume de matérias produzidas (41%). No entanto, a categoria de género (44%) foi a que teve maior volume de peças produzidas, seguida pela VBG (41%). Em raras ocasiões, as matérias produzidas são resultado de uma investigação jornalística. Em geral, elas são o produto da cobertura de eventos organizados pelo governo, organizações da sociedade civil (OSCs) e/ou a cobertura da acção policial e dos tribunais. Esta tendência poderá contribuir para explicar as desproporções em termos de temáticas reportadas, uma vez que eventos e/ou acções que têm como foco o tráfico de pessoas são menos frequentes que aqueles cujo foco recai sobre a VBG ou sobre outras temáticas relacionadas com o género. Esta abordagem acaba por impactar na qualidade e na natureza das matérias produzidas, uma vez que as mesmas se limitam a descrever acções e posicionamentos. Ademais, esta abordagem centra-se apenas numa única perspectiva da VBG e exclui as demais.



A pluralidade de fontes é uma das características essenciais, num jornalismo de qualidade. Ela permite que diversos pontos de vista sejam apresentados, o que possibilita uma compreensão mais abrangente da problemática reportada. No entanto, a produção de matérias com base em informações colhidas em múltiplas fontes é um aspecto presente em apenas 22% das matérias publicadas. Na maior parte dos casos, as informações apresentadas são o resultado da consulta de menos de 3 fontes. Casos onde apenas as fontes oficiais do governo são consultadas são comuns. Ou seja, mesmo nas matérias onde são consultadas mais de 3 fontes é comum que estas sejam todas do governo. Há falta de integração de informações provenientes de especialistas que não estejam vinculados ao executivo. Deste modo, a falta de diversidade na sua selecção não permite que as diversas facetas da problemática sejam apresentadas de forma justa e equilibrada. As matérias trazem apenas uma perspectiva. Assim, dos critérios do MCAT, a categoria fontes é a que possui a menor pontuação, situação que se manteve em 2014 (60%) e 2015 (53,5%). Tendo em conta que, em geral, as matérias produzidas são o resultado da cobertura de eventos e de crimes, as fontes secundárias são pouco consultadas. Segundo dados da SADC Gender 2015 Barometer, em geral, os homens são as fontes mais consultadas.

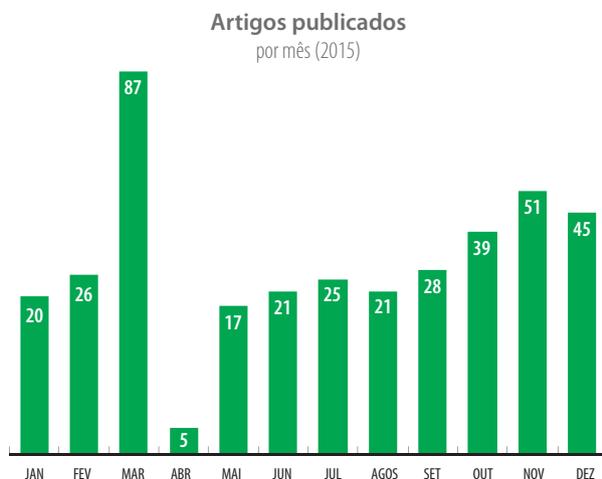


IV. ANÁLISE DA COBERTURA DA MÍDIA

Metodologia

Com o objectivo de garantir uniformidade, esta análise da cobertura do género na mídia mantém as mudanças metodológicas introduzidas no relatório passado. O volume de jornais analisados aumentou em 72%, passando de 13 para 18 publicações. Houve também um aumento na quantidade de textos analisados. Em 2014, foram 139. Já em 2015, foram identificadas 385 peças jornalísticas. O processo de averiguação da análise da cobertura de género passou por cinco etapas.

Primeiro, foram reunidas as 385 peças publicadas entre Janeiro e Dezembro de 2015, em 16 jornais impressos e electrónicos moçambicanos. Destes, sete são diários, sendo eles, Notícias, Diário de Moçambique, O País, CanalMoz, Mediafax, Correio da Manhã e Diário da Zambézia. Os nove semanários são: Público, Magazine Independente, Domingo, Catembe, Savana, @Verdade, Expresso Moz, Zambeze e Canal de Moçambique. As peças foram recolhidas pela equipa de Monitoria e Avaliação (M&A). Cada peça recolhida foi submetida ao MCAT.



Em seguida, as matérias recolhidas foram enquadradas em 3 categorias: Género, VBG e Tráfico de Pessoas. Esta categorização foi feita com base na análise dos temas abordados em cada peça.

Uma amostra de 172 peças, matematicamente ponderada, foi calculada para garantir precisão na análise e uniformidade ao material. Isto permite que sejam feitas comparações entre jornais semanários e diários. O passo seguinte foi a selecção dos materiais a serem analisados. No caso do Jornal Notícias, escolheu-se 19 matérias, de 79 identificadas. Este número evidencia a participação proporcional deste veículo, no conjunto de reportagens compiladas.

Para a selecção destes textos jornalísticos, foi critério: identificação de nove peças com maior pontuação, nove peças com a menor pontuação e uma de pontuação média, segundo o MCAT. Este foi usado em todos os jornais diários. As matérias dos jornais semanários não foram submetidas à ponderação matemática. Assim, todas as peças publicadas nestes veículos foram analisadas.

Artigos depois da ponderação matemática

Veículos de mídia analisados em 2015	Número de peças após a ponderação		
Diários	Notícias	19	
	Diário de Moçambique	13	
	O País	6	
	CanalMoz	4	
	MediaFax	5	
	Correio da Manhã	3	
	Diário da Zambeze	1	
	Semanários	Público	6
		Magazine Independente	13
Domingo		9	
Catembe		9	
Savana		5	
AVerdade		59	
Expresso Moz		5	
Zambeze		6	
Canal de Moçambique		9	
Total	16 mídias	172	

A análise foi feita a partir do cruzamento de duas leituras dos textos jornalísticos seleccionados. A primeira concentrou-se nos dados do MCAT. Já a segunda avaliação focalizou nas perspectivas de género e de VBG, conforme os conceitos no item “Definições”, neste relatório. Em seguida, foram identificados padrões e discrepâncias com base na análise das matérias. Por fim, os resultados da análise foram consolidados.



V. GÉNERO

Abordagem

As desigualdades existentes na educação e no mercado de trabalho foram o foco das matérias que constam nesta categoria de análise. Os artigos mostram que não, obstante a ratificação de acordos internacionais e a existência de políticas internas para salvaguardar os direitos de pessoas do sexo feminino, as violações persistem. Existem três tipos de textos produzidos dentro desta categoria.

80% dos textos foram produzidos com base na cobertura de eventos, nomeadamente, seminários e conferências, juntando o governo e as organizações da sociedade civil (OSCs). Estes textos apresentaram progressos e desafios na promoção dos direitos da mulher. Há falta de diversidade de fontes na maior parte das matérias. 60% delas recorreu a menos de 3 fontes para a produção dos textos. As peças trouxeram informações sobre:

- os desafios que mulheres e raparigas enfrentam;
- as acções necessárias para salvaguardar os seus direitos;
- como impulsionar a protecção dos seus direitos.

Um conjunto de textos teve como base o lançamento de iniciativas com vista a aumentar a empregabilidade de mulheres e raparigas. As matérias apresentaram projectos vinculados ao sector da educação, a introdução de políticas corporativas para atender às necessidades das mulheres trabalhadoras e iniciativas de concessão de crédito bancário direccionado a mulheres.

Um outro segmento de textos apresentou o posicionamento de figuras-chave no que diz respeito à promoção dos direitos da mulher. No entanto, a falta de diversidade de fontes é ainda mais grave nestes textos. Todos foram produzidos com base em informações transmitidas por uma única fonte. O Presidente da República de Moçambique e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulher) estão entre as fontes citadas nestas matérias.

No que se refere à abordagem das matérias que constam nesta categoria de género, vale ressaltar que:

- Há falta de investigação. Na sua maioria, os textos foram produzidos exclusivamente tendo como base os conteúdos transmitidos pelas fontes orais.
- Há falta de cruzamento e análise das informações que são partilhadas pelas fontes. Elas são simplesmente reproduzidas, nas matérias.
- Não há avaliação de progressos e/ou retrocessos no âmbito da promoção dos direitos da mulher, feita por iniciativa dos jornalistas. Quando presentes, estas informações são transmitidas pelas fontes primárias.
- Diversos pontos-chave para o alcance da igualdade de género são mencionados. Porém estas informações não são exploradas ou explicadas. Assim, a sua pertinência para o alcance da paridade de género não fica explícita.

Para saber mais:

A situação das mulheres e das raparigas em Moçambique (2005 – 2015). <https://www.scribd.com/doc/302977468/Situacao-Da-Mulher-e-Rapariga-Em-Mocambique>

- Os artigos, na sua maioria, têm como foco os desafios que as mulheres enfrentam e, raramente, destacam as suas conquistas.
- A ausência da investigação dos média limitou o debate sobre os pontos referenciados pelas suas fontes, tornando as matérias superficiais.
- Os textos são de natureza descritiva – listam acções, apresentam pontos de vista, projectos e iniciativas sem, contudo, fazer uma análise.
- O governo e as OSCs são as fontes mais citadas. Não há matéria que tenha sido produzida sem ter como base as informações transmitidas por estas fontes.
- Há falta de iniciativa para a produção das matérias. Na maioria dos casos, as matérias são produto da cobertura de eventos e de comunicados de imprensa enviados às redacções.

O retrato de mulheres e raparigas nos textos

As matérias abordam as desigualdades de género de forma generalista, sem fazer menção a casos específicos. As peças não abrem espaço para que as mulheres partilhem a sua experiência ou pontos de vista. Esta informação é trazida por fontes oficiais que falam em nome delas. Depoimentos de mulheres em situação de desigualdade ou que já ultrapassaram esta situação são citadas em menos de 30% das peças.

Nos textos analisados:

- As mulheres são descritas a partir dos desafios que elas enfrentam. Exemplos incluem ideologias familiares, pobreza, cultura, educação, tradição e a falta de acesso ao crédito.
- Numa proporção menor, mulheres e raparigas são retratadas como sendo beneficiárias de programas e/ou políticas para fortalecer as suas habilidades e expandir as oportunidades de geração de renda.
- É enfatizada a desproporção em termos de empregabilidade e o acesso a recursos entre homens e mulheres. A apresentação desta informação é mais comum nas matérias que têm como foco o lançamento de iniciativas direccionadas a mulheres e raparigas.
- Destaca-se a necessidade de um maior e mais activo envolvimento de mulheres e raparigas na promoção dos seus direitos. No entanto, há falta de inclusão das suas opiniões sobre a forma como as actuais e novas políticas e programas as afectam.

Contextualização

Há falta de contextualização em pouco mais da metade dos textos. Em geral, verifica-se que nas matérias onde há contextualização, as políticas públicas e dados estatísticos são as informações mais utilizadas.

As políticas públicas são referenciadas para retratar a igualdade de género como um compromisso assumido pelo governo moçambicano. O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e as políticas nacionais são as mais referenciadas. Verifica-se nesta abordagem, um esforço para situar o público no que se refere ao estágio de Moçambique no cumprimento das disposições que constam nos acordos ratificados no âmbito da promoção da equidade de género. Elas são citadas com mais frequência em matérias que têm como foco a participação política e a educação.

A integração de dados estatísticos é mais frequente do que a de políticas públicas. Abaixo, seguem exemplos da natureza da informação utilizada e o(s) seu(s) propósito(s).

- (a) Mostrar o impacto de determinados factores e condições sobre a participação social da mulher. A inclusão desta informação fortalece a compreensão da magnitude e importância de novos programas e iniciativas introduzidos. Exemplos incluem:
- ▶ Menção do número de faltas de raparigas na escola, por razões vinculadas à menstruação e ao facto de elas não terem acesso aos pensos higiénicos;
 - ▶ O número de mulheres com formação superior e o número de mulheres em cargos de liderança.
- (b) Estabelecer uma relação de causa e efeito entre a violência sofrida pela mulher e a sua participação no mercado de trabalho e acesso a recursos. Para atingir tal propósito, uma matéria apresentou os casamentos prematuros e a taxa de mortalidade materno-infantil como factores que limitam a participação social de mulheres.
- (c) Ilustrar o estágio de cumprimento de metas estabelecidas nos acordos ratificados pelo governo, como, por exemplo, o número de mulheres no parlamento em relação ao número definido no Protocolo da SADC.

Para saber mais:

Plano Estratégico da Educação (2012-2016).

http://www.mept.org.mz/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=79&Itemid=48

Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento (17 de Agosto 2008).

http://www.wlsa.org.mz/wpcontent/uploads/2014/11/Protocol_on_gender_Portuguese.pdf

Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento 2015, Barómetro Moçambique.

http://genderlinks.org.za/wp-content/uploads/imported/articles/attachments/21098_begin_moz_baro_2015.pdf





VI. VIOLÊNCIA BASEADA NO GÊNERO

Abordagem

Cerca de 32% dos textos sobre a VBG tinham como foco os casamentos prematuros. Estes são abordados de forma generalizada, trazendo informações sobre a prevalência, causas, impactos, progressos e desafios no âmbito da sua prevenção e combate em Moçambique. Estas matérias não apresentaram casos específicos. Na sua maioria, as peças são longas, com uma extensão igual ou superior a uma página. Mais de metade das matérias foram produzidas com base na cobertura de eventos organizados pelo governo e OSCs. As OSCs foram as fontes mais citadas. Há diversidade de fontes em mais da metade das matérias. Tal como nas matérias enquadradas na categoria de género, a maioria das peças sobre a VBG limitou-se nos depoimentos das fontes.

Grande parte dos textos enquadrados na categoria de VBG trouxe casos de violência doméstica. A maioria das peças é pequena. Mais de 80% delas ocupam apenas um quarto de página. Os artigos são de natureza descritiva e tiveram como foco casos de violência que terminaram em mutilação, suicídio e assassinio; violação de direitos de viúva; violência doméstica sexual; assistência às vítimas da violência; denúncias de casos de violência e detenção de agressores. Em 86% dos casos reportados, as vítimas eram do sexo feminino. Não foram consultados especialistas em violência doméstica. Familiares e vizinhos serviram de fontes testemunhais em 27% dos casos reportados. Estas fontes prestaram informação sobre o modo como a violência ocorreu. A polícia foi citada em 63% dos casos e trouxeram informações sobre a descrição dos envolvidos e a natureza do crime.

No que diz respeito à violência sexual, 67,5% é a média de MCAT das matérias produzidas sobre o tema nos jornais que a abordaram. As notícias tiveram como foco a violação,

estupro e o assédio sexual às pessoas do sexo feminino. Na maior parte dos casos, as vítimas eram crianças e jovens. Grande parte das matérias sobre a violência sexual noticiou a intervenção da justiça criminal, através de denúncias, detenção e/ou condenação dos agressores. Estas matérias estavam focadas em casos individuais e não trouxeram informação de contexto sobre a violência. Tendo em conta o foco das matérias na esfera criminal, a PRM foi a fonte mais citada, seguida das vítimas e dos agressores. Assim como as matérias sobre a violência doméstica, as peças sobre a violência sexual não trouxeram depoimentos de especialistas.

A vítima nos textos

As vítimas da violência doméstica e sexual são descritas de forma directa, nos seguintes níveis:

- (a) Dados pessoais da vítima, onde são passadas informações como nome, sexo, idade, faixa etária e bairro de residência. A inclusão de informações desta natureza demonstra a falta de resguardo em relação à preservação da sua identidade. Há casos em que a sua identidade foi ocultada. No entanto, vale ressaltar que esta omissão nem sempre foi intencional. Passagens como “cujo nome não conseguimos apurar” evidencia que houve esforço para procurar o nome da vítima, porém esta tentativa não foi bem sucedida. Isto reflecte a constante preocupação dos jornalistas na individualização dos casos de VBG.
- (b) Descrição da relação da vítima com o seu agressor. São transmitidas informações que dão a conhecer o grau de familiaridade entre ambos. Em 33% dos casos reportados, o agressor é um conhecido da vítima.

- (c) Descrição do comportamento da vítima face à situação da violência. Há casos em que a linguagem empregue insinua uma convivência entre a vítima e o agressor. Nestes casos, a violência não é retratada como crime, mas como um acto consensual entre a vítima e o agressor.

Já no caso dos casamentos prematuros, a descrição das vítimas foi feita de forma indirecta. Meninas foram retratadas como vítimas que têm os seus direitos violados. Elas são caracterizadas a partir da sua faixa etária e do seu sexo.

Os agressores nos textos

Foram avançadas as seguintes informações sobre os agressores nas matérias que abordaram a violência doméstica e a sexual:

- (a) Dados pessoais, incluindo informações como o seu nome, sexo, idade, faixa etária e bairro de residência.
- (b) Descrição da relação da vítima com o seu agressor. Verificam-se casos em que o nome da vítima é omitido. Mas, há divulgação do nome do agressor. No caso dos crimes de violência doméstica, isto permite a identificação das vítimas por parte dos conhecidos do agressor embora a matéria não o faça.
- (c) Descrição do recurso utilizado para efectivar o acto de violência. Os textos, na sua maioria, fazem referência ao “aliciamento”² com recurso a dinheiro e outros artigos materiais. Isto gera uma percepção de que existe uma convivência entre os envolvidos, ilibando o agressor.
- (d) Situação perante a lei – descritos com termos como “detido”, “condenado”, “a contas com a polícia”, sendo informações que indicam o tratamento dado face à violência cometida.

² Termo utilizado pelos jornais

No caso dos casamentos prematuros, tal como as vítimas, não houve uma descrição dos agressores. Em geral, verifica-se uma invisibilidade dos agressores nos textos. Nos casos onde os agressores são mencionados, as matérias falam sobre deficiências na estrutura social e familiar, que propiciam a ocorrência de casos de casamentos prematuros.

Contextualização

A violência doméstica e a sexual raramente são tratadas como questões sociais ou estruturais que envolvem injustiça e discriminação sistémica e, quase nunca, são apresentadas na perspectiva do género. Em vez disso, os casos são retratados como crimes individuais e isolados. A sua individualização é alcançada através da apresentação de um único caso por matéria, sem estabelecer as suas relações com outras questões.

Em geral, as informações sobre o contexto centraram-se na descrição do histórico de abusos sofridos pelas vítimas, protagonizados pelos agressores. A maneira como a informação é apresentada reforça a individualização dos casos e gera uma percepção de consentimento implícito. Isto deve-se, em várias instâncias, ao facto de as matérias citarem exemplos onde as vítimas tinham a possibilidade de escapar da situação de violência, mas insinuam que elas optaram por se sujeitar aos abusos. Informações sobre o contexto, quando presentes, indicam a penalização para o agressor, que se restringiu à esfera criminal – detenção e/ou condenação. Apenas uma matéria apresentou informação sobre os serviços clínicos disponíveis para as vítimas de violência sexual.

No caso dos casamentos prematuros, nota-se uma maior contextualização. Houve menção às políticas públicas existentes, em 37% das matérias. O impacto dos casamentos prematuros para a rapariga também foi mencionado. Foram apresentados os seus efeitos nocivos sobre a saúde e a educação da rapariga. No entanto, verificou-se que informações sobre o contexto estiveram presentes nas matérias que foram produzidas como resultado da cobertura de eventos. Logo, nem sempre a alusão ao contexto revela a qualidade da cobertura, ela pode revelar a qualidade da informação partilhada.

Linguagem

A linguagem empregue pelos jornalistas reforça alguns mitos associados à violência sexual e à doméstica. Exemplos específicos do uso inadequado da linguagem encontram-se listados abaixo:

- “No caso da cidade de Maputo e seus subúrbios, a falta de informação há muito deixou de ser desculpa para as raparigas”. A linguagem empregue exprime julgamento e minimiza a magnitude da gravidade do problema.
- “Humilhante experiência” usada para descrever a violência doméstica cujas vítimas são do sexo masculino. A passagem contribuiu para criar o estigma nos homens que sofrem a agressão, como se eles tivessem de sentir vergonha pelo ocorrido.
- “Diabo”, “verdadeira personagem dos filmes de terror”, “vilão”, “sessão de tortura”, “ocorrências de cenas macabras, normalmente vistas na ficção”. A selecção da linguagem pode criar um equívoco de que perpetradores dos crimes sexuais são de alguma forma completamente diferentes de uma pessoa “normal”, gerando um distanciamento do quotidiano.
- “Ela assim o quis”, “Em caso de rejeição do convite, ela era aliciada com cinco meticais e, depois, mantinha-se calada”. Esta passagem dá a ideia de um consentimento implícito e que a violação ocorreu por escolha da vítima.
- “Fez sexo à força”, “estar a ‘namorar` com o seu progenitor”. A selecção da linguagem não apresenta o caso de violação como um crime. É importante que a linguagem correcta seja utilizada, para educar a sociedade.

Para saber mais:

FDC (2010). (author: Sónia Nhamumbo-Divage; José Divage & Miguel Marrengula). Casamentos Prematuros em Moçambique. Contextos, Tendências e Realidades.

Inquérito sobre Violência contra a Mulher em Moçambique 2004

Plano Estratégico para Prevenção e Controlo do Trauma e Violência do Ministério da Saúde 2011 – 2015.

Save the Children, Care, REDE-CAME, MEC e FDC (2005). Estudo sobre o Abuso Sexual das Raparigas nas Escolas Moçambicanas. Síntese dos Resultados Principais editado pela WLSA e publicado em *Outras Vozes*, no 20, Agosto de 2007’ (disponível electronicamente)

SLEGH, H. (2006). Impacto psicológico da violência contra as mulheres. *Outras Vozes. WLSA Moçambique No. 15.*



VII. TRÁFICO DE SERES HUMANOS

Abordagem

Na maioria das vezes, as matérias são descritivas, tal como as peças enquadradas na categoria género. Há falta de uma componente analítica e um cruzamento de informação. Apenas uma matéria teve uma perspectiva investigativa. Casos específicos do tráfico foram apresentados nas matérias que têm como foco a actuação policial. As demais abordaram o tráfico de forma generalizada, sem fazer menção a uma ocorrência específica. No que se refere à finalidade do tráfico, a exploração laboral e a sexual foram as mais abordadas pela mídia. No entanto, é importante ressaltar que, em mais de metade das matérias, a finalidade do tráfico não foi especificada. A exploração de menores foi mencionada em 67% das matérias e a de mulheres em 50%.

O maior volume de matérias produzidas sobre o tráfico de pessoas tem vertente criminal. Estas peças enfatizam a actuação policial, apresentam a detenção de traficantes e o resgate de vítimas. Foi o caso de 44% delas. Na sua maioria, são curtas, com menos de três quartos de página e produzidas com base em briefings da Polícia da República de Moçambique (PRM). O problema das peças desta natureza é que elas abordam as informações de forma superficial – falta aprofundamento. É apresentada uma informação incompleta sobre o tráfico de pessoas. Isto deve-se ao seu foco, que é exclusivamente a partir da perspectiva criminal, excluindo outros aspectos, como, por exemplo, os socioeconómicos.

A apresentação do estudo intitulado “O tráfico de pessoas em Moçambique, em particular, de crianças”, proposto pela Procuradoria-Geral da República (PGR), foi tema de 17% das matérias. As peças disponibilizaram informações referentes à situação actual do tráfico em Moçambique: características das vítimas, perpetradores, causas do tráfico e as suas

finalidades. Em igual número de matérias, a vulnerabilidade geográfica, em particular das províncias de Manica e de Sofala, foi abordada. Estas matérias possuem as médias de MCAT mais baixas, variando de 49% a 65%.

A fragilidade das instâncias competentes, para a prevenção e o combate ao tráfico de pessoas foi tema de menos de 20% das matérias. As peças enfatizaram a necessidade de uma maior preparação dos agentes policiais, para a identificação de casos de tráfico e a integração das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no seu trabalho. Metade das matérias abordaram a implementação da revisão da Lei Sul Africana para a Imigração, que tem implicações na migração de menores de 18 anos provenientes de Moçambique e outros países para a África do Sul. Esta medida foi trazida como um esforço do governo sul-africano para combater a ocorrência do tráfico de menores dentro do seu território.

Das 4 categorias do MCAT, a de fontes obteve a média mais baixa – 51%. Das matérias analisadas, há falta de diversidade de fontes, em 67% delas. Mais da metade das peças recorreu exclusivamente a fontes do governo moçambicano, dentre elas a PRM, PGR, Ministério Público e Tribunais. As fontes mais contactadas foram:

- PRM, que prestou informações sobre a actuação policial, no que diz respeito aos procedimentos a serem aplicados aos processos-crime; frequência de registo de casos de tráfico em localidades específicas; informações sobre os traficantes e as vítimas.
- PGR, para a busca de informações sobre a estratégia de combate ao tráfico, dados estatísticos do tráfico no âmbito nacional e a sua implicação.

A vítima do tráfico nos textos

As vítimas foram abordadas de duas formas:

1. Nas matérias onde há caso(s) específico(s) de tráfico, são transmitidas informações sobre as vítimas, como o seu nome, sexo, faixa etária e proveniência.
2. Onde não há a apresentação de caso(s) específico(s) de tráfico, as matérias optam por apresentar dados generalizados sobre as características das vítimas. São informações como o seu sexo, faixa etária, naturalidade, forma predominante de recrutamento e a apresentação de aspectos que acrescem a sua vulnerabilidade face ao tráfico, como por exemplo, a pobreza.

A segunda abordagem agrega mais valor às matérias, ao contrário da primeira, porque fornece informações que ajudam a compreender melhor a situação do tráfico. Uma simples indicação dos dados pessoais de vítimas apenas fortalece a individualização dos casos de tráfico, expondo-as desnecessariamente, para além de colocar em perigo a sua segurança.

Apenas uma matéria apresentou o depoimento de vítimas de tráfico. O conteúdo destes depoimentos foi o histórico da vítima, o processo do seu recrutamento e transporte, as instruções transmitidas por traficantes e os abusos sofridos durante o tráfico. Nesta matéria, o jornalista demonstrou resguardo da segurança da fonte, tendo adoptado um pseudónimo, limitando-se a indicar o seu sexo, a idade e a província de origem, para garantir a protecção da sua identidade.

Traficantes nos textos

O tratamento dos traficantes foi feito de quatro formas:

1. Apenas uma matéria citou o discurso de traficante – onde há confissão do crime. No entanto, não há coerência no seu discurso, pois apresenta duas versões para a finalidade do tráfico. Neste texto, são transmitidas informações sobre o sexo e o nome do traficante.
2. Em geral, os traficantes são descritos com base em informações (nome, sexo e idade) transmitidas pela polícia.
3. A relação do traficante com a vítima e a estratégia de recrutamento são apresentadas nas matérias que falam sobre a problemática do tráfico, de forma generalizada, e não de um caso específico.
4. Os textos focalizam a prevalência do tráfico em Moçambique, não trazendo um caso específico e, por conseguinte, não são apresentadas informações sobre os traficantes.

Contextualização

Estudos, como por exemplo, “O tráfico de pessoas em Moçambique, em particular, de crianças”, revelam que o tráfico de pessoas afecta desproporcionalmente mulheres e homens. As matérias produzidas abordam esta desproporção. No entanto, há falta de informações sobre o contexto, que poderão explicar as suas causas. É necessário apresentar-se, também, os factores sociais, económicos e culturais que aumentem a vulnerabilidade das mulheres e das raparigas. Nenhuma das matérias analisadas apresentou o tráfico de pessoas, tomando a perspectiva de género e mostrando a diferença entre homens e mulheres envolvidos nesta problemática. Esta abordagem iria possibilitar um diálogo mais amplo sobre as causas e possíveis soluções.

Há falta de contextualização em pouco mais da metade dos textos. Nos que se contextualiza, são apresentadas as seguintes informações: âmbito do surgimento de medidas e políticas; histórico familiar e social das vítimas; número de casos de tráfico registados; enquadramento de Moçambique no âmbito das rotas do tráfico.

72% dos textos não fazem menção a nenhuma lei, acordo e/ou tratado no âmbito do tráfico de pessoas. Os remanescentes textos, embora o façam, não explicam o conteúdo destas políticas. A integração destas disposições legais tem os seguintes objectivos:

- Fazer referência a estes instrumentos para fornecer uma definição sobre o tráfico de pessoas;
- Mencionar a criação de um grupo multisectorial de trabalho, como resultado destas leis.

Na sua totalidade, as matérias não especificam a abrangência destas disposições legais e o seu propósito no contexto do combate ao tráfico de pessoas. Foram citadas as seguintes disposições legais:

- Revisão da lei da imigração da África do Sul;
- Código Penal;
- Lei 6/2008 – Lei de Combate ao Tráfico de Pessoas;
- 7/2008 – Lei da Promoção e Protecção dos Direitos da Criança;
- 8/2008 – Lei da Organização Jurisdicional de Menores e 15/2012 – Lei da Probidade Pública. As matérias dão apenas o número das leis, sem dar a indicação do seu título.

É importante ressaltar que, embora a maior parte das matérias produzidas tenha como foco a perspectiva criminal do tráfico de pessoas, elas não citam a legislação relacionada com o tráfico de pessoas. Há falta de informações sobre o modo como será feito o encaminhamento dos casos. A reinserção social das vítimas também é uma faceta que não é explorada.

Linguagem

Em geral, o tráfico é apenas mencionado e não explicado. Os termos “sequestro”, “rapto” e “tráfico” são utilizados indistintamente. Há falta de explicação e diferenciação destes termos. Os mesmos não são apresentados como possíveis formas de recrutamento e transporte de vítimas. As peças não explicam que nem toda a situação de sequestro e rapto tem como finalidade o tráfico. Ou seja, isto poderá gerar distorções de percepção, levando o leitor a interpretar o rapto e sequestro como sinónimos de tráfico de pessoas.

Para saber mais:

Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (2008). Tráfico de Partes de Corpo em Moçambique e na África do Sul. http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_mocambique_2009_trafico_partes_corpo_africa_sul.pdf

Procuradoria-Geral da República (2014). Tráfico de Pessoas em Moçambique, em particular, de crianças. http://resourcecentre.savethechildren.se/sites/default/files/documents/manual_trafico-last.pdf.

UNICEF Moçambique (2008). Folheto No. 5: Violência, Abuso, Exploração Sexual e Tráfico. (disponível electronicamente: http://www.unicef.org/mozambique/pt/Folheto_5_Violencia_Abuso_Exploracao_Sexual_e_Trafico_POR_270508.pdf)

U.S. State Department (2010). Trafficking in Persons Report 2015. <https://www.state.gov/documents/organization/258876.pdf>.

UNESCO. Tráfico de Pessoas, em Moçambique: Causas Principais e Recomendações. Policy Paper N° 14.1. <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147846por.pdf>



VIII. ENTREVISTA COM AIDA MATSINHE

Aida Matsinhe iniciou a sua carreira na comunicação social na redacção do jornal Magazine Independente, em 2009. Matsinhe teve de passar por um processo de adaptação, no início da sua carreira, pois era a única mulher jornalista na sua redacção. A integração de mais mulheres na redacção aconteceu gradualmente, ao longo dos anos. Na altura, todos os trabalhos relacionados com mulher e criança eram delegados às jornalistas. Quatro anos depois, foi lhe dada a missão de cobrir o processo eleitoral e acompanhar a pré-campanha e a campanha do candidato da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). A cobertura de matérias desta natureza era, geralmente, feita pelos seus colegas. O resultado do seu trabalho superou as expectativas dos seus colegas que, na altura, acreditavam que por ser mulher não teria a capacidade de fazer um trabalho de qualidade. Em 2015, a sua matéria “Moçambique: Mudanças Climáticas Influenciam pela Negativa a Renda Familiar” foi vencedora da categoria de imprensa escrita na Cimeira de Género, promovida pela Genderlinks, em Maputo. Nesta entrevista, Matsinhe fala sobre a abordagem que deu à sua peça e partilha as suas experiências na produção de matérias com enfoque à VBG.

Em Junho de 2015, a sua matéria intitulada “Moçambique: Mudanças Climáticas Influenciam pela Negativa a Renda Familiar” foi premiada, na cimeira de género, promovida pela Genderlinks. Que abordagem deu a esta peça?

O trabalho teve uma abordagem na perspectiva de género. Procurei trazer todos intervenientes no processo de pesca e venda de marisco. Foi possível ilustrar através das vozes que trabalham nesta área, desde a pesca à comercialização, que impacto as mudanças climáticas estão a trazer no dia-a-dia destas famílias. Felizmente, o trabalho trouxe fontes que estão em toda cadeia de valor da pesca há mais de duas décadas e isso permitiu trazer de facto o real impacto das mudanças climáticas na vida destas famílias. Infelizmente, faltaram dados governamentais. Há uma tendência errada de se pensar que falar de género é falar da violência perpetrada contra a mulher, mas se esquecer que esta questão pode ser explorada em outras áreas, por

exemplo, hoje, temos a questão da dívida pública, homens e mulheres vão sentir os seus efeitos e, ao fazermos o nosso trabalho jornalístico que trás estas vozes, estaremos a olhar para a questão de género. O jornalista deve ser orientado a explorar a questão de género em diferentes áreas.

Fala-se muito da comunicação como o quarto poder e estimula-se a cobertura jornalística como um aliado poderoso no combate à VBG. Acredita que as suas matérias têm contribuído para o combate à VBG?

Acredito que sim, porque quando reporto um caso de alguém que violentou a sua mulher, e vice-versa, ou que alguém foi detido, penso que quem for a ler o artigo saberá o que lhe espera se seguir o mesmo caminho. Por outro lado, os nossos trabalhos têm orientado agendas das organizações da sociedade civil que trabalham na área de combate à VBG, embora estes não revelem que o debate resulta do artigo publicado no órgão X. Mas penso

“...por exemplo, hoje, temos a questão da dívida pública, homens e mulheres vão sentir os seus efeitos e, ao fazermos o nosso trabalho jornalístico que trás estas vozes, estaremos a olhar para a questão de género.”

que ao denunciar através de um artigo noticioso um caso de violência, estamos a fazer a nossa parte. A primeira coisa que eu procuro quando vou fazer o meu trabalho é buscar informações que possam influenciar a mudança de comportamentos. Isto é, quando abordo assuntos que envolvem comportamentos nocivos, é importante informar a comunidade e ao mesmo tempo educa-la, porque, muitas vezes, os comportamentos são passados de geração para geração, sem olhar para as suas implicações. Acabamos por fazer certas coisas ou porque a minha avó fazia, ou porque o meu tio fazia. Então o que eu sempre procuro é transmitir uma informação que seja educativa e que ajude a reflectir em torno destes comportamentos.

Qual a sua motivação para reportar assuntos relacionados com o género?

Quando comecei a trabalhar como jornalista, era a única mulher na redacção e todos assuntos relacionados com a mulher e criança eram-me encarregados de cobrir. Foi nessa altura que comecei a despertar este interesse de abordar os assuntos na perspectiva de género, porque passei a perceber que a voz feminina na mídia era só trazida em questões ligadas à saúde, violência e pobreza, mas havia uma lacuna em relação à igualdade de género. Eram muito poucas as mulheres que emitiam a sua opinião na esfera política, desportiva, económica e mesmo nestas áreas havia uma tendência de elitizar estas vozes e passei a dedicar-me a questões de género para cobrir essa a lacuna. Depois, foram surgindo capacitações e fui sentindo a necessidade de buscar de todas as formas essa voz feminina, para mostrar o sentimento da mulher, de modo a conseguirmos alcançar aqueles que são os objectivos estabelecidos pelo protocolo da SADC.

Embora se verifique um aumento na cobertura jornalística de questões de género, tem-se registado poucos avanços em termos de qualidade das matérias. Que acções julga necessárias para acelerar este aumento qualitativo das matérias?

Acredito que já foi criada uma ponte entre os jornalistas e as organizações com foco na prevenção e combate à VBG. Já tive a oportunidade de participar em muitas formações na área de género. Estas capacitações tinham como objectivo elevar o número de matérias reportadas pela mídia. Julgo necessário que haja uma formação contínua dos jornalistas. É necessário que estas capacitações ajudem os jornalistas a encontrarem novas abordagens para tornar os assuntos relacionados com o género mais atraentes aos leitores. Isto é importante, pois, como jornalista, posso pensar que já escrevi muito sobre a violência, ou sobre a saúde e acabo achando que, por isso, tenho de virar para as outras áreas. Creio que a forma mais eficaz de realizar estas capacitações seja durante as reuniões de planificação na redacção. Existem dias em que os repórteres estão mais livres. Por exemplo, no Magazine, terça-feira é o dia da reunião de planificação, estamos todos aqui. Assim vamos todos actualizar a nossa forma de tratamento destes assuntos. As organizações que lidam com esta matéria devem estabelecer uma parceria com os órgãos de comunicação com vista a garantir esta formação. Aliado aos aspectos acima indicados está o número reduzido de repórteres nas redacções. Isto leva a uma grande pressão para a publicação de conteúdos noticiosos, mesmo faltando cruzar uma e outra fontes. O acesso à informação é, igualmente, um dos ingredientes necessários para que os artigos tenham a qualidade desejada. Infelizmente, ainda há muitas barreiras no acesso à informação, apesar da aprovação da lei.

Uma das lacunas comuns nas matérias jornalísticas é a falta de diversidade de fontes. Que desafios enfrenta e que estratégia utiliza para garantir que haja esta diversidade em suas matérias?

Não existe pior coisa que desenhar um trabalho com pernas para andar e constatar que as fontes não estão disponíveis para dar a informação necessária. É frustrante porque isto, em algum momento, acaba mudando o curso do trabalho que estava a ser desenvolvido. Ou o percurso inicial do trabalho é mantido, mas não tem a qualidade pretendida. Este é o grande desafio, o acesso à informação. E é importante dizer que este não é só restrito, sob ponto de vista dos órgãos ou instituições públicas, mas, também, da sociedade. Mesmo quando tentamos falar com uma

senhora lá do bairro, por exemplo, sobre um determinado assunto que está acontecer, que lhe afecta directamente, esta tem tendência de se fechar. Isto também acontece com os residentes do sexo masculino e com outras camadas sociais. Então, iniciamos o trabalho para despoletar um problema, a fim de ver se se consegue trazer uma resposta e, ao mesmo tempo, é essa mesma pessoa, a quem queres ajudar a resolver o seu problema, a criar-te uma barreira. Infelizmente, muitas vezes, vejo-me obrigada a recorrer a fontes noticiosas ou sites internacionais que tenham publicado relatórios onde constem as informações que procuro e, às vezes, esta informação está ultrapassada, mas é a única fonte que tenho, porque as instituições que a deveriam disponibilizar não se mostram acessíveis.



Não existe pior coisa que desenhar um trabalho com pernas para andar e constatar que as fontes não estão disponíveis para dar a informação necessária.



IX. CONCLUSÕES

- Casos de VBG atraem maior interesse jornalístico em comparação com aqueles que têm como foco outras temáticas relacionadas com gênero, como, por exemplo, o empoderamento da mulher. 41% das matérias publicadas tiveram como foco a VBG.
- Há um excesso de dependência dos jornalistas em fontes oficiais: agentes policiais, PGR e demais representantes do governo moçambicano. Em contraste, fontes especialistas são pouco consultadas.

- Na sua maioria, as peças são de natureza descritiva. Elas relatam acontecimentos e parafraseiam depoimentos das fontes consultadas. Este é um aspecto presente também nas matérias onde há diversidade de fontes.
- Há falta de cruzamento e análise das informações apresentadas pelas fontes consultadas, ou seja, as matérias ecoam os discursos das suas fontes.
- As informações sobre o contexto estão mais presentes nas matérias enquadradas na categoria de género. As peças que constam nesta categoria referenciam-nas para avaliar o progresso do governo moçambicano no alcance da paridade de género.
- Por outro lado, as matérias que trazem casos de VBG e de tráfico de seres humanos tratam-nos como casos específicos e isolados. Referências a políticas públicas e dados estatísticos são raros.
- Mundialmente, apenas 7% dos casos de VBG são denunciados à polícia. Porém, a maior parte da produção de matérias sobre a VBG é motivada pela acção policial, nomeadamente, a detenção de perpetradores e a denúncia de casos.
- Dados da Organização Mundial da Saúde (2004) mostram que a VBG é dispendiosa às nações, retardando o crescimento económico e a redução da pobreza. No entanto, as matérias abordam apenas o impacto da VBG para aqueles directamente envolvidos no caso: vítimas e agressores.
- Há um esforço para salvaguardar a identidade das vítimas da VBG através da omissão dos seus dados pessoais, como, por exemplo, seu nome e bairro de residência. No entanto, em alguns casos, são apresentados dados pessoais de agressores, factor que facilita a identificação da vítima, em tratando-se da violência doméstica.
- A protecção da identidade não abarca os denunciantes. Há descrição de seus nomes, profissão, bairro de residência e locais de frequência. A transmissão de informações desta natureza coloca em risco a sua segurança.
- A VBG gera prejuízos físicos, psicológicos, sociais e económicos. No entanto, as matérias abordam apenas os danos físicos resultantes da violência, negligenciando os demais. Isto poderá gerar um equívoco de que a VBG é sinónimo da violência física.
- Embora não se culpe explicitamente às vítimas, pela violência sofrida, é comum a descrição da vítima como alguém que facilita ou que consente a ocorrência da violência.
- Em alguns casos, atribui-se culpa às vítimas de VBG, justificando o comportamento dos perpetradores. A linguagem adoptada cria uma relação de convivência entre agressores e vítimas.
- As vítimas da VBG são retratadas como pessoas indefesas que não têm onde reclamar seus direitos. Apenas uma matéria referenciou serviços de atendimento a vítimas de violência.
- É enfatizada a intervenção da justiça criminal, mas não é feita nenhuma referência a soluções para combater a VBG.
- A produção de matérias enquadradas na temática de género é motivada pela agenda governamental e da sociedade civil. Há falta de iniciativa para a sua produção.
- As matérias que abordam a violência não a tratam como uma violação de direitos humanos.



X. RECOMENDAÇÕES

- Evitar utilizar linguagem que atribua culpa à vítima pela violência ocorrida ou que estabeleça uma relação de convivência com o seu agressor.
- É importante descrever perpetradores de forma objectiva e livre de adjectivos que possam fortalecer estereótipos de que os agressores não são pessoas “normais”

- Certificar-se de que se esteja a utilizar uma linguagem adequada ao caso abordado. Isto ajudará a desconstruir incompreensões e a colocar casos de violência como crimes e não como actos normais. Ex.: ao invés de “sexo a força” use “estupro”; “violação”.
- Tomar cuidado para não confundir as terminologias ex.: “raptos” e “sequestro” não são o mesmo que “tráfico de pessoas”
- Ter atenção para não justificar a conduta de perpetradores, lembrando-se de que a VBG trata de desigualdades e de que aspectos como embriaguez, pobreza e afins são catalisadores e não propriamente a causa.
- Trazer informações de contexto, que mostrem que a VBG não é um acontecimento isolado que afecta, exclusivamente, um determinado grupo de pessoas. Incorporar informações como:
 - ▶ Estatísticas relacionadas com a temática abordada. Ilustrar a prevalência da violência no distrito, no país, na região e/ou no mundo.
 - ▶ Legislação e políticas públicas que apresentem direitos e deveres; responsabilizem instituições para a prevenção e/ou combate; estabeleça a penalização aplicável a perpetradores; configure a violência como sendo um “crime”. Procure também apontar fragilidades existentes na legislação.
 - ▶ Buscar, em pesquisas realizadas relacionadas com o caso investigado, informações sobre os padrões comportamentais de vítimas e agressores, bem como de outras personagens-chave, como líderes comunitários, famílias, etc.
 - ▶ Explorar depoimentos de especialistas-chave na área, que possam dar uma imagem generalizada e uma visão mais abrangente.
 - ▶ As fontes moldam às matérias, por isso é importante que se a sua selecção seja criteriosa.
- Lembrar-se de que a VBG é multifacetada; ela não se restringe à esfera criminal ou à social. Ela é transversal. Assim, é importante diversificar as fontes para que todas as facetas do caso sejam apresentadas de forma justa e equilibrada.
- No entanto, é importante não se limitar nas informações trazidas pelas suas fontes. Para além de destacar aquilo que elas falam, procure, também, ver o que elas não falam/abordam.
- Uma matéria de qualidade não narra apenas os pontos de vista de diferentes fontes. É importante analisar e cruzar as informações obtidas.
- A importância das fontes oficiais governamentais é indiscutível. No entanto, deve-se explorar também as fontes especializadas. Elas poderão prestar informação com muita profundidade, que ajude a compreender a problemática da VBG.
- Lembrar-se de que a protecção da identidade da fonte não abrange somente a vítima. Toda e qualquer pessoa cuja segurança poderá ser ameaçada, pela transmissão de informações ou cuja identidade, se revelada, poderá levar à identificação da vítima, deverá ser protegida.
- No entanto, proteger a identidade vai além da omissão da sua imagem. Considere-se omitir como sendo não revelar o seu nome, morada e/ou qualquer outra descrição física que poderá levar à sua identificação.
- Lembrar-se de que, em se tratando de casos onde um acto de violência foi perpetrado por algum familiar da vítima, ao revelar o nome do agressor poderá também revelar a identidade da vítima.
- Investir na produção de matérias que tenham um carácter investigativo, não se limitando a denúncias feitas à policial e a eventos organizados pelo governo, OSCs e outras entidades. Lembrar-se de que a VBG acontece todos os dias e não apenas nestas ocasiões.



XI. COMO SABER MAIS

Referências Nacionais

Constituição da República de Moçambique, (2004)

Despacho nº 39/2003, do Ministério da Educação (sobre suspensão de trabalhadores do sector de educação que assediarem sexualmente alunas)

Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros em Moçambique (2016-2019)

Estratégia de Género na Função Pública (2009-2013)

Guia para Atendimento Integrado às Vítimas de Violência, 2012 (Ministério da Saúde, Direcção Nacional de Assistência Médica)

Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) 2011

Lei da Revisão do Código Penal (Lei n. 35/2014)

Lei da Família, Lei nº 10/2004

Lei do Trabalho, Lei nº. 23/2007

Lei de Promoção e Protecção do Direito da Criança, Lei nº 7/2008

Lei da Organização Tutelar de Menores, Lei nº 8/2008

Lei de Protecção de Pessoas que Vivem com HIV SIDA, Lei nº 5/2002

Lei sobre Direitos e Deveres de Pessoas com HIV, Lei nº 12/2009

Lei Sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher, Lei nº 29/2009

Lei sobre Assistência Judiciária, Decreto-Lei Nº 33-548

Lei sobre o Tráfico de Pessoas, Lei nº 6/2008

Mecanismo Multisectorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência

Regulamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (Lei nº 8/2009)

Regulamento da Lei nº 6/1999, que Regula o Acesso de Menores a Clubes Nocturnos, Decreto Lei Nº 35/2002

Política de Género e Estratégia da sua Implementação (PGEI), 2007

Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher (2008-2012)

Plano Estratégico de Educação e Cultura 2006 – 2010/11

Plano Estratégico Nacional de Resposta ao HIV/SIDA - PEN III 2010 – 2014

Plano Estratégico para o Sector de Saúde, PESS 2007-2012

Plano Estratégico para Prevenção e Controlo do Trauma e Violência, do Ministério da Saúde 2011 – 2015.

Referências Internacionais

Convenção sobre os Direitos da Criança (Resolução nº 19/90)

Convenção nº 138, da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego (Resolução nº 5/2003)

Convenção nº 182, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho de Crianças e Acção Imediata com Vista a sua Eliminação (Resolução nº 6/2003)

Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (Resolução nº 20/98)

Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) (Resolução nº 4/93)

Immigration Amendment Acts of 2007 and 2011

Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, relativo aos Direitos da Mulher em África (Resolução nº 28/2005)

Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantis (Resolução nº 43/2002)

Protocolo de Palermo

Guias electrónicos para Jornalistas

All sides of the Story – Reporting on Children: A Journalist's Handbook (Published by UNICEF and Media Monitoring Project 2003)

<http://www.unicef.org/uganda/allsidesofthestory.pdf>

BASTHI, Angélica, Guia para Jornalistas sobre Género, Raça e Etnia / Angélica Basthi (organização e elaboração) Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Género, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milénio, F-ODM), 2011.

http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/01/guia_jornalistas.pdf

Bucqueroux, Bonnie; Seymour, Anne. A guide for journalists who report on crime and crime victims. Justice Solutions/ NPO, Office for Victims of Crime, Office of Justice Programs, U.S. Department of Justice, 2009.

<http://www.mediacrimevictimguide.com/journalistguide.pdf>

Child Rights and the Media – Putting Children in the Right: Guidelines for Journalists and Media Professionals (Published by the International

Federation of Journalists with the support of the Europe Commission)

http://www.unicef.org/philippines/intl_journalists_guidelines.pdf

Ethical guidelines: Principles for Ethical Reporting on Children

http://www.unicef.org/uganda/Guidelines_for_Reporting_on_Children1.pdf

Guia Para Jornalistas, Sobre os Inquéritos Demográficos e de Saúde (IDS)

<http://www.prb.org/pdf13/mozambique-journalists-guide.pdf>

Guia de Boas Práticas Jornalísticas na Cobertura da VBG - IREX

<https://drive.google.com/file/d/0B5-7kpb2Lzj7eIBrY1JLThVMEd3aVpiU0QwdHRnbmMzcGV3/view>

Guia Prático para Jornalistas. Cobertura jornalística sobre a violência, abuso sexual e exploração da criança. UNICEF, 2007.

http://www.unicef.org/mozambique/Guia_para_jornalistas_violencia_contra_crianças_190607.pdf

Repórter Brasil, Tráfico de Pessoas em Pauta

http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/06/traficoempauta_reporterbrasil.pdf

Starr, Kelly; Washington State Coalition Against Domestic Violence (WSCADV). Covering domestic violence. A guide for journalists and other media professionals. Washington, WSCADV, 2008.

<http://wscadv.org/wp-content/uploads/2015/06/Media-Guide-2008.pdf>

USAID

Os Estados Unidos têm uma longa história de assistência internacional às pessoas que lutam por uma vida melhor. É uma trajetória que reflecte, ao mesmo tempo, a compaixão do povo americano e o apoio à dignidade humana, assim como os propósitos da política externa do país. Com a intenção de apoiar estes princípios, o Presidente John F. Kennedy criou, através de uma ordem executiva de 1961, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A assistência internacional dos EUA sempre teve o duplo objectivo de promover os interesses dos Estados Unidos ao mesmo tempo que procura melhorar as condições de vida no mundo em desenvolvimento. A USAID implementa a política externa dos EUA, fomentando o desenvolvimento humano em grande escala, expandindo sociedades livres e estáveis, criando mercados e parceiros de negócio e promovendo a boa vontade no exterior.

A USAID trabalha em mais de 100 países para:

- ✓ Promover uma ampla partilha da prosperidade económica;
- ✓ Fortalecer a democracia e a boa governação;
- ✓ Proteger os direitos humanos;
- ✓ Melhorar a saúde global,
- ✓ Melhorar a segurança alimentar e a agricultura;
- ✓ Melhorar a sustentabilidade ambiental;
- ✓ Desenvolver a educação;
- ✓ Ajudar as sociedades na prevenção e na recuperação de conflitos e
- ✓ Prestar assistência humanitária em situações de desastres naturais ou provocadas pelo homem.

IREX

A IREX é uma organização internacional sem fins lucrativos que através de programas inovadores e de liderança promove mudanças duradoiras ao nível global. A IREX facilita indivíduos e instituições locais na construção de elementos-chave para uma sociedade vibrante: educação de qualidade, meios de comunicação independentes e comunidades fortes. Para fortalecer esses sectores, as actividades do programa também incluem a resolução de conflitos, a tecnologia para o desenvolvimento, género e juventude. Fundada em 1968, a IREX tem uma carteira de projectos anual de mais de US\$ 70 milhões e uma equipa de mais de 400 profissionais em todo o mundo. A IREX emprega métodos testados no campo e usos inovadores de tecnologias para desenvolver soluções práticas e localmente orientadas para os seus parceiros em mais de 100 países.

O Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique é financiado pelo Governo dos Estados Unidos da América, através da sua Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e implementado pela IREX.

Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique
Mozambique Media Strengthening Program

IREX Moçambique

Av. Ho Chi Minh 1174 | Maputo | Moçambique

T: (+258) 21 320 090 | C: (+258) 82 308 5215

maputo@irex.org | www.irex.org.mz



USAID
DO POVO AMERICANO

